

O que a Bíblia Diz Sobre a Guerra – Parte 1

Se Jesus chama seus seguidores a serem “pacificadores”, então como um cristão ou congressista pode apoiar a ideia de ir para a guerra?

A resposta curta é *“Bem-aventurados os pacificadores”*, que é uma das bem-aventuranças de Jesus em relação à forma como os cristãos devem conduzir suas vidas *personais* (Mateus 5.9). Mas há uma distinção a ser feita entre a instrução de Jesus sobre o comportamento *personal* e as responsabilidades que estabelece em relação à sua ordenação da *instituição* do governo (Romanos 13.1-8; 1 Pedro 2.13-14), que os membros cristãos são chamados a servir.

Em um paralelo do Antigo Testamento, no sexto mandamento, *“não matarás”* (Êxodo 20.13), a palavra hebraica para *assassinato* é *ratsakh*. Mas note que ela é diferente das que Deus usa nas Escrituras em relação ao seu povo ter que matar alguém em situação de guerra.

Assim, nesta semana e na próxima, dada a invasão não provocada da Rússia à Ucrânia e a resposta crescente do mundo, vamos investigar mais plenamente o que as Escrituras têm a dizer sobre isso.



Ralph Drollinger

I. INTRODUÇÃO

Quando Jesus voltar, Ele irá travar guerra contra as nações lideradas pelo Anticristo (cf. Apocalipse 19.11). Em Deuteronômio 20, o próprio Deus envia Israel para a guerra. Portanto, este estudo não é tanto sobre se Deus tolera ou não a guerra, pois Ele tolera. A aceitação e o uso da guerra por parte de Deus em um mundo caído não é difícil de entender quando vistos no sentido de que, muitas vezes e em última análise, Ele está manifestando seus atributos de justiça e retidão por meio de seu uso. Portanto, este estudo não é sobre se Deus é a favor ou contra a guerra – a resposta a essa pergunta é óbvia nas Escrituras. Este estudo é mais sobre o tipo de guerra que é aceitável em oposição ao inaceitável aos olhos dele.

Para obter uma compreensão bíblica sobre isso há a necessidade de primeiro desenvolver um entendimento sobre o que a Bíblia diz ser o papel do governo, enquanto instituição de Deus. Este papel deve ser claramente distinto, contextualizado e separado das passagens que falam das responsabilidades individuais – como observado no início. A falha em fazer essa distinção que a própria Escritura faz leva à confusão, como se ela contradissesse a si mesma, o que não é verdade.

Em segundo lugar, ao obter uma compreensão de que tipos de guerras são aceitáveis, examinaremos se há uma base bíblica para a *Teoria da Guerra Justa* internacionalmente aceita, que é composta de oito princípios: Todos eles são apoiados pelas Escrituras? Em caso afirmativo, que passagens da

Palavra sustentam cada preceito? Dito de outra forma, cada um dos oito preceitos é “obediente a Cristo” (cf. 2Coríntios 10.5), por assim dizer?

Por fim, um estudo sobre a guerra não seria completo sem examinar as duas principais posições contrárias à *Teoria da Guerra Justa*: O *pacifista cristão* e o *não-intervencionista* (esta última sendo defendida por cristãos e não-cristãos). Como os defensores dessas crenças tentam apoiar seus pontos de vista – e eles são baseados na Bíblia? Como resultado:

ESTE ESTUDO DEVE REVELAR-SE MAIS ÚTIL SE PENSARMOS CLARAMENTE SOBRE A ATUAL CRISE

Espero que examinar estes assuntos, nesta ordem, ajude quem ocupa um cargo público em sua formação de convicções fortes, baseadas na Bíblia, a respeito do uso apropriado da guerra.

II. O PAPEL DO GOVERNO

A queda do homem em Gênesis 3 mostra a necessidade contínua de Deus conter o mal que resultou da queda, tanto contra o homem quanto praticado pelo homem. Um dos principais meios instituído por Deus (decorrente de seu santo atributo de justiça perfeita), a fim de conter o mal, é o princípio de recompensa justa. Esta ideia é primeiramente ilustrada em Gênesis, logo após a queda. A dor de dar à luz para a mulher e a necessidade de trabalho para a sobrevivência do homem/humanidade (3.16-17) ilustram o custo justo da desobediência – um custo a ser suportado pela humanidade em seu futuro distante e físico. Além disso, em Gênesis 9.6 Deus institui a pena capital: *“Quem derramar sangue do homem, pelo homem seu sangue será derramado”*. Isso quer dizer que Deus usará o homem na coletividade como seu substituto para infligir a justa recompensa, neste caso, por homicídio. A recompensa devida pelo homicídio premeditado de outro homem será a sua morte: Punição corpórea pela humanidade corporativa. A ideia aqui é totalmente demonstrada em Romanos 13.14:

“Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por Ele estabelecidas. Portanto, aquele que se rebela contra a autoridade está se colocando contra o que Deus instituiu, e aqueles que assim procedem trazem condenação sobre si mesmos. Pois os governantes não devem ser temidos, a não ser pelos que praticam o mal. Você quer viver livre do medo da autoridade? Pratique o bem, e ela o enaltecerá. Pois é serva de Deus para o seu bem. Mas se você praticar o mal, tenha medo, pois ela não porta a espada sem motivo. É serva de Deus, agente da justiça para punir quem pratica o mal.”

Observe, em primeiro lugar, que as *“autoridades governamentais”* (v. 1) *“foram por Ele estabelecidas”* (v. 1b) para fins de (entre outros) portar *“a espada [...] agente da justiça para punir quem pratica o mal”* (v. 4b). Esta mesma ideia é reproduzida por 1Pedro 2.13-14:

“Por causa do Senhor, sujeitem-se a toda autoridade constituída entre os homens; seja ao rei, como autoridade suprema, seja aos governantes, como por ele enviados para punir os que praticam o mal e honrar os que praticam o bem.”

As instituições humanas (ἄνθρωπινη κτίσει, *anthropine ktisei* – “o que é criado para seres humanos [por Deus]”) existem para “punir os que praticam o mal”. Esta verdade básica é fundamental para a compreensão adequada do papel do governo em geral e especificamente, no que diz respeito ao tema da guerra. O desígnio de Deus, o propósito do governo em grande medida, é: Reduzir as más ações dos homens; dissuadir os delitos do homem contra os fracos e indefesos; e uma forma da graça restritiva de Deus agir em um mundo caído.

Este objetivo fundamental do governo pode ser expandido para incluir não só a necessidade de proteger seus cidadãos do mal a partir de dentro, mas para protegê-los do mal que vem de fora. Neste sentido, o governo é *um ministro de Deus para o seu bem*.

III. GOVERNOS INDO À GUERRA

SE ESTE É O PROPÓSITO DO GOVERNO, ENTÃO DEUS ESPERA QUE UMA NAÇÃO SE PROTEJA DAS FORÇAS DO MAL FORA DE SUAS FRONTEIRAS, DAS FORÇAS EXTERNAS QUE TENTEM PREJUDICAR AS PESSOAS INOCENTES DE ALGUMA FORMA.

Segue-se que muitas vezes, no Antigo Testamento, Israel teve que se defender das investidas e saques dos filisteus, assírios e babilônios (e dependendo da obediência ou da desobediência de Israel a Deus, Ele permitiu que Israel fosse vitorioso ou derrotado, respectivamente). Na verdade, como mencionado na introdução, Deus mandou Israel ir para a guerra em Deuteronômio 20.1:

“Quando vocês forem à guerra contra os seus inimigos e virem cavalos e carros, e um exército maior do que o seu, não tenham medo, pois o Senhor, o seu Deus, que os tirou do Egito, estará com vocês.”

Uma evidência posterior de que Deus endossa o interesse próprio de uma nação pelo uso da guerra são as seguintes ilustrações do Novo Testamento:

- João Batista não condena um soldado romano por ir à guerra. Em vez disso, ele diz: *“Contentem-se com o seu salário”* (Lucas 3.14).
- E, quando Cornélio, o centurião, entregou a vida a Cristo, os apóstolos não condenaram a sua vocação (Atos 10.1; 44-48; cf. Lucas 14.31). Sua resposta é diferente da de Jesus em João 8.11, onde Ele diz à mulher adúltera: *“Agora vá e abandone sua vida de pecado”*.

Essas e outras passagens servem para ilustrar a ideia de que Deus não é contrário aos governos que se engajam na guerra, que é parte da razão pela qual Ele os criou – para desta forma beneficiar a humanidade. Mais uma vez, a pergunta mais difícil é:

QUANDO IR PARA A GUERRA É JUSTIFICÁVEL AOS OLHOS DE DEUS?

Certamente a antiga prática de conquistar e saquear outra nação para obter a sua riqueza e novos escravos não é uma causa justificável para a guerra. Então qual é? Quais são os sinais específicos que podem nos ajudar a verificar o uso justificável e injustificável da guerra aos olhos de Deus?

IV. OS OITO PRINCÍPIOS DA GUERRA JUSTIFICÁVEL

Ao longo de séculos de discussões em relação à ética do uso da guerra, entre cristãos e não-cristãos, foi desenvolvida uma *Teoria da Guerra Justa* ampla e internacionalmente aceita. Historicamente, na igreja, os principais cristãos a lidar com a questão da guerra de um ponto de vista filosófico foram Agostinho e, cerca de 900 anos depois, Tomás de Aquino. Agostinho aborda a guerra em seu livro clássico, *A Cidade de Deus*:

Aqueles que travaram a guerra em obediência ao comando divino, ou em conformidade com suas leis, têm representado em suas pessoas a justiça pública ou a sabedoria do governo, e nesta capacidade mataram homens ímpios; tais pessoas de forma alguma violaram o mandamento “Não matarás”.¹

Séculos mais tarde, Tomás de Aquino começou a codificar os pensamentos de Agostinho sobre a guerra em uma coletânea de indicadores sobre se ela é ou não eticamente justificável. Apresentaremos, em seguida, o equivalente contemporâneo dessa busca moral. Dado o fato de que alguns dos melhores eruditos cristãos antigos originaram os aspectos estruturais da *Teoria da Guerra Justa*, não deve surpreender os cristãos de hoje o fato de que cada um é sustentado por verdades bíblicas.

Em resumo, a guerra é moralmente aceita, ou justificável (a frase latina para isso é *jus ad bellum*, que significa “o direito de ir para a guerra”), apenas quando, ao se ingressar nela, oito critérios forem atendidos.

A. CAUSA JUSTA

A razão para se envolver na guerra é moralmente certa, como a defesa de uma nação de um agressor maligno? Como observado na introdução, em Apocalipse 19.11 Deus trava intensa guerra contra o Anticristo. Observe o princípio de Deus para o engajamento:

“Vi o céu aberto e diante de mim um cavalo branco, cujo cavaleiro se chama Fiel e Verdadeiro. Ele julga e guerreia com justiça.”

Esta é uma passagem gloriosa do espetáculo impressionante da segunda vinda triunfal de Cristo. Podemos observar que Deus trava *guerra* somente quando é por uma *causa justa*. E as nações que consideram a guerra aceitável devem fazer considerar a participação somente quando a causa for *justificadamente correta*.

Conquistar outras nações é geralmente um objetivo errado porque Deus é a favor da diversificação das nações, segundo Gênesis 11. De qualquer forma, invadir, usurpar ou colonizar outra nação é o objetivo errado para o uso da guerra. Deus deliberadamente *dispersou* as nações (11.8) e é sua intenção que elas sejam mantidas *dispersas*.

OS CRITÉRIOS DE GUERRA DE “CAUSA JUSTA” SIGNIFICAM, DE FORMA EXPLÍCITA, QUE A SOBERANIA DE UMA NAÇÃO ESTÁ DIRETAMENTE AMEAÇADA

A “causa justa” é o primeiro princípio a ser considerado por uma nação quando estiver ponderando a possibilidade da guerra. Uma ameaça direta a uma nação precisa ser iminente a fim de justificar o seu uso.

B. AUTORIDADE COMPETENTE

Este próximo princípio faz esta pergunta: A agressão a qual uma nação está reagindo foi declarada e/ou proliferada pela autoridade vigente dentro da nação? Dito de outra forma, a nação está considerando ir à guerra em resposta à ação secreta de terceiros ou de um grupo rebelde dentro da nação? Esta distinção ajuda a se prevenir contra e a discernir a existência de grupos, além das autoridades vigentes, que possam desejar *injusta e injustificavelmente* acelerar uma guerra pelo uso de engano e agitação. Não é justo que uma nação declare guerra contra outra nação que não seja responsável pelas ações maléficas que estão sendo propagadas dentro de suas próprias fronteiras geográficas. Este princípio também está enraizado em 1Pedro 2.13-14.

C. JUSTIFICAÇÃO COMPARATIVA

Este terceiro princípio significa que, por meio de um rigoroso contraste, deve ficar evidente que as ações do inimigo são moralmente erradas e as ações da nação que iniciam a guerra moralmente certas. Observe Romanos 13.3:

“Pois os governantes não devem ser temidos, a não ser pelos que praticam o mal. Você quer viver livre do medo da autoridade? Pratique o bem, e ela o enaltecerá.”

A questão aqui é tão simples que poderia ser negligenciada: Se uma nação está fazendo o que é moralmente certo, não há nenhuma justificativa para entrar em guerra contra ela. Relativamente falando, deve haver uma justificativa clara e flagrante para se envolver na ação bélica.

A INJUSTIÇA SOFRIDA POR UM DOS LADOS DEVE SER SIGNIFICATIVAMENTE SUPERIOR A SOFRIDA PELO OUTRO QUE TROUXE A GUERRA

Por exemplo, o sofrimento adicional que a invasão dos Estados Unidos causou ao povo francês foi justificável em comparação às atrocidades causadas por Hitler, porque era um contraste moral entre a conquista e o cativo nacional injustificável *versus* a esperança e o custo da libertação nacional.

D. INTENÇÃO CORRETA

O propósito da guerra é alcançar *justiça e retidão* ou a conquista, a pilhagem e a destruição – ou talvez os motivos sejam vingativos? Provérbios 21.2 fala do que está subjacente à necessidade de discernir as intenções certas:

“Todos os caminhos do homem lhe parecem justos, mas o Senhor pesa o coração.”

Muitas passagens falam da capacidade do homem de ser enganado devido à queda (cf. Provérbios 16.2; 24.12; 1Samuel 16.7; 1Coríntios 4.4). O efeito noético do pecado, se desconsiderado pelo conselho da Palavra de Deus e pelo conselho de outras pessoas piedosas, pode levar à manifestação de más intenções. Em relação às tendências pecaminosas do homem, o livro dos Juízes afirma: *“Cada um fazia o que lhe parecia certo”* (17.6). Mas ao fazê-lo, eles erraram.

O homem, para perceber sua pecaminosidade, precisa sempre obter o conselho piedoso de outros (cf. Provérbios 13.10). Provérbios 24.6 resumidamente afirma como se deve travar uma guerra que Deus aprova em relação a este princípio das intenções corretas:

“... Quem sai à guerra precisa de orientação, e com muitos conselheiros se obtém a vitória.”

É extremamente importante discernir com cuidado se os motivos e as intenções para ir à guerra são ou não justos. Isso só pode ser alcançado por meio do conselho de muitos. Então, uma nação não deve travar a guerra unilateralmente por seus governantes; buscar a aprovação do Congresso é uma ideia apoiada pelas Escrituras. Tal aprovação é uma verificação e equilíbrio necessários em resposta à constatação de que muitas vezes falta-nos o melhor julgamento ou a capacidade de discernir se nossos motivos e intenções são adequados e honram a Deus. Resumidamente, então, estabelecer intenções corretas é um princípio firmado nas Escrituras. Tendo declarado o princípio de forma clara, não é difícil verificar as intenções corretas, dado o flagrante massacre de pessoas inocentes pelo presidente Assad, da Síria, por exemplo.

E. ÚLTIMO RECURSO

Todos os outros meios razoáveis de resolver o conflito já foram testados e esgotados? Romanos 12.18 destaca esta ideia:

“Façam todo o possível para viver em paz com todos.”

Deus fica mais satisfeito quando os lados envolvidos conseguem resolver seus problemas, eliminando assim qualquer necessidade de guerra. Ao mesmo tempo, este princípio é muitas vezes mal utilizado pela parte culpada: A nação culpada está usando negociações morosas como um tipo de pretexto, enquanto se prepara para fazer o mal? A parte legítima não deve ser ingênua quanto a isso; chega um momento em que é óbvio que o lado culpado está se aproveitando do outro e adiando o que no final será necessário: O uso justo da força. A guerra deve ser sempre o último recurso.

F. PROBABILIDADE DE SUCESSO

É tolice entrar em uma guerra a menos que haja uma alta probabilidade de sucesso. Lucas 14.31 traz à tona a base bíblica deste princípio:

“Ou, qual é o rei que, pretendendo sair à guerra contra outro rei, primeiro não se assenta e pensa se com dez mil homens é capaz de enfrentar aquele que vem contra ele com vinte mil?”

Ao responder à pergunta da probabilidade do sucesso de entrar em uma guerra, as considerações óbvias de calcular o custo devem ser feitas. Determinar quanto custará um esforço bem-sucedido é

difícil, e cada incidente é diferente das suas próprias circunstâncias. O objetivo deste estudo não é mergulhar nesse ambiente degradante, mas apontar que pesar a probabilidade de sucesso e o custo de considerações baseadas na Bíblia são vitais antes de se considerar entrar em guerra.

G. PROPORCIONALIDADE DOS RESULTADOS

Será que os bons resultados decorrentes do sucesso dos objetivos de guerra serão maiores do que as perdas que inevitavelmente ocorrerão ao buscá-la? Lucas 14.28 diz:

“Qual de vocês, se quiser construir uma torre, primeiro não se assenta e calcula o preço, para ver se tem dinheiro suficiente para completá-la?”

Mesmo que Deus afirme que os governos devem levantar a *“espada... para punir quem pratica o mal”*, nem sempre ocorre que o bem alcançado ao punir o mal compensa pelo dano adicional que pode resultar em espectadores inocentes. Talvez a proporcionalidade dos resultados aumente com paciência ou uso de criatividade quanto ao tempo ou tipo de guerra utilizado. Tais considerações são certamente reforçadas pelas Escrituras, a fim de verificar corretamente a vontade de Deus na decisão. Usando a Rússia como exemplo, se o corte de suas linhas de abastecimento e a imposição de sanções que têm conseqüências graves têm resultados proporcionais maiores, será mais sensato fazer isso do que tentar combater um inimigo oculto? Os líderes de uma nação precisam calcular e pesar os custos e os benefícios de sua estratégia de guerra antes de empreender a guerra.

H. ESPÍRITO CERTO

Toda guerra deve ser empreendida com grande relutância, sobriedade e conselho. Os que se envolvem devem fazê-lo com grande tristeza. Salmo 68.30d fala sobre os que se deleitam na guerra:

“Espalha as nações que têm prazer na guerra.”

Dada a dor da punição, a inevitabilidade de prejudicar pessoas inocentes e os contratempos globais que ocorrerão para a nação e seus cidadãos, qualquer indivíduo ou nação que entre em combate alegremente desagrada terrivelmente a Deus. Este último critério da *Teoria da Guerra Justa*, comparado a todos os que a precedem, são princípios fundamentados nas Escrituras.

V. RESUMO DA TEORIA DA GUERRA JUSTA

Quando os critérios anteriormente mencionados forem cuidadosa e corporativamente cogitados, e for correto e justo ir à guerra, então uma nação deverá se envolver com toda a sua força, foco intenso e poderio em busca de vitória imediata e decisiva. Em resposta ao cumprimento de todos os elementos da *Teoria da Guerra Justa*, quando for correto e justo ir para a guerra, os resultados não podem de forma alguma ser uma resposta hesitante. Quando for justo e certo que uma nação entre em guerra, ela não poderá reagir frouxamente com objetivos confusos.

Winston Churchill, quando encarou a inevitabilidade de confrontar a Alemanha nazista, trabalhou e preencheu todos os critérios acima com o Parlamento. Ao entrar na guerra, pessoalmente exemplificou este espírito firme e determinação que necessariamente deve ocorrer quando uma nação entra em guerra de forma justa e correta. No seu discurso ao Parlamento em 1940, ele disse:

“Vamos, portanto, preparar-nos para cumprir o nosso dever, e assim nos portemos de modo que, se a comunidade britânica e seu império durarem por mil anos, os homens ainda digam: ‘Este foi o seu melhor momento.’² E qual é o nosso objetivo? Vitória, vitória a todo custo; vitória apesar de todo o terror; vitória, por mais longa e difícil que a estrada possa ser, pois sem ela não há sobrevivência.”³

Churchill serve como modelo de como conduzir adequadamente uma nação em guerra. Quando é justificada e correta, a liderança de um país nunca deve entrar nela com “baixo nível de testosterona”. É um compromisso de tudo ou nada da totalidade da nação em sua busca decisiva por toda a vitória, o mais rápido possível.[cm](#)

Ralph Drollinger

¹ Santo Agostinho, trans. por Marcus Dods, *A Cidade de Deus* (Carol Stream, Ill.: Tyndale House Publishers, 2009).

² Winston Churchill, "1940: The Finest Hour", 2021, *International Churchill Society*, <https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1940-the-finest-hour/their-finest-hour/>
<https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1940-the-finest-hour/their-finest-hour/>.

³ Winston Churchill, "Blood, Toil, Tears and Sweat, 1940", 13 de maio de 1940, *American's National Churchill Museum*, <https://www.nationalchurchillmuseum.org/blood-toil-tears-and-sweat.html>.